



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00122538520208172001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDESIO DAS NEVES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DA AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Cumpra esclarecer que em nenhum momento a parte autora requereu o pagamento, através da via administrativa, intentando imediatamente na via judicial, restando, portanto, carecedora do direito de ação, haja vista a ausência do interesse de agir.

No caso dos autos, o direito de ação nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autoral a necessária legitimidade postulatória.

É sabido que a existência do litígio, obviamente está intimamente ligada à pretensão resistida, que determina o surgimento do conflito, que é uma das condições da ação.

Desta forma, independente da conclusão do expert impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, haja vista a falta de interesse de agir.

Caso não seja este o entendimento do i. Magistrado, requer a suspensão do processo e a intimação da parte autora para que manifeste sua concordância ou não quanto a suspensão da presente ação até finalização da regulação do pedido administrativo (pagamento/negativa/cancelamento) ou mesmo sua opção pela desistência da regulação administrativa e prosseguimento da ação judicial.

DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

ATRAVÉS DOS DOCUMENTOS ACOSTADOS A INICIAL, PODEMOS PERCEBER QUE O BOLETIM MÉDICO NÃO ATESTA QUE A LESÃO TENHA DECORRIDO DO NARRADO ACIDENTE.

Observa-se que o único documento na data do acidente é a certidão do SAMU que não informa qualquer lesão sofrida pelo autor.

Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

Nº DA	006.04.2019
DATA	02.04.2019

Atendendo ao requerimento do paciente Sr. **EDESIO DAS NEVES**, portador do Documento de Identidade nº **2189271** SSP/PE e inscrito no CPF/MF sob o nº **477.093.834-91**, declaramos que consta em nossos arquivos a ocorrência de nº **S-526171**, que no dia 13 de setembro de 2018, foi atendido por nosso Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU Metropolitano do Recife, vítima de atropelamento envolvendo caminhão, por volta das 10h, na Rua José Cavalcilha, dentro da Loja Ferreira Costa, nas Docas, no bairro Tamarineira, Recife/PE e, sendo direcionado para a UPA Nova Descoberta, Recife, 02 de abril de 2019.

Ressalta-se que não foram acostados documentos de atendimento médico da UPA NOVA DESCOBERTA, unidade em que a vítima foi transportada após o acidente.

Destaca-se ainda que a única documentação que faz referência a eventual lesão sofrida é um exame de ultrassonografia realizado em 19/11/2018, ora Exa., mais de dois meses depois do alegado acidente.

Pedidos de Exames.....	327256	Cod. Atendimento.....	453582	Idade.....	51a 3m 2d
Paciente.....	118416 EDESIO DAS NEVES			Sexo.....	M
Médico Solicitante.....	35 FRANCISCO RAFAEL DO COUTO SOARES				
Data da Solicitação.....	19/11/2018	Hora.....	11:00:59	Dt. Realiz.....	19/11/2018
Convênio.....	SUS - EXTERNO /	Origem da Solicitação.....	IMAGINOLOGIA		
	URGÊNCIA				
Unidade Internação.....		Enfermaria.....	Leito.....		

ULTRASSONOGRAFIA DE QUADRIL ESQUERDO

INDICAÇÃO:
Lesão dos adutores do quadril esquerdo?

TECNICA DE EXAME:
Exame realizado em modo bidimensional com transdutor linear multifrequencial.

ANÁLISE:
Ausência de derrame articular coxo-femoral (face anterior).

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre a lesão e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial os documentos médicos, apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado e o sinistro de trânsito.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 4 de novembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE